

# MORAL E ÉTICA

Robison Baroni

## Etimologia e Conceituação

**R**eputamos importante, como ponto de partida, dar ênfase às questões etimológica e conceitual envolvendo os vocábulos **moral** e **ética**.

Tratam-se de termos distintos não só quanto à etimologia, mas também quanto ao sentido. **Moral** tem sua origem no latim (*moralis*<sup>1</sup>, ou “*mos*”, consoante alguns escritores), enquanto **ética** origina-se do grego (*ethike*<sup>2</sup> ou “*ethos*”, segundo os mesmos escritores).

O campo da **moral** tem uma amplitude maior que o da **ética** e origina-se nos costumes, apresentando contornos diferentes para os diferentes povos e épocas.

Da cobrança da moralidade ou dos costumes é que surgem os posicionamentos éticos. Assim entendemos que a **moral** não

**A** discussão sobre os costumes e comportamentos das diversas civilizações do planeta ultrapassa dois milênios.

*Moral e ética são temas inesgotáveis desde que Sócrates, Aristóteles e Platão conceberam e tentaram aperfeiçoar a idéia de “soberanos bens”, para que os antigos gregos pudessem alcançar a plena felicidade do corpo e da alma.*

*Nos dias de hoje o estudo da moral e da ética novamente ganha um grande interesse, principalmente entre nós, onde o gigantismo da nossa Nação começa a exigir profundas e dramáticas alterações nos atos, atitudes e comportamentos de todos os brasileiros, até então acostumados com um “jeitinho” para a resolução dos problemas.*

pode ser tida como ciência, enquanto que a **ética** o é, porque esta cria e consagra os princípios básicos que devem reger a conduta, os costumes, e a **moral** dos homens<sup>3</sup>.

De um modo mais simples, pode-se entender que a **moral** é a regra

<sup>1</sup> - CALDAS AULETE, “Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa - 2ª edição brasileira - Editora Delta S.A.

<sup>2</sup> - idem n. 2.

<sup>3</sup> - SODRÉ, Ruy de Azevedo - “Ética Profissional” - LTR, p. 62.

de bem proceder, isto é, distinguir o bem do mal. O homem procede bem quando tudo faz pelo bem de todos, estando, por essa razão, agindo de forma ética, sempre à procura de um bem elevado como meta.

### Os soberanos bens

Os antigos gregos tinham por costume consagrar e cultivar determinados bens que Sócrates (400 a.C.) relacionou e denominou como “soberanos bens”: liberdade, justiça, verdade, bondade, beleza e poder (sem nenhuma ordem prioritária). Atribuía a cada um desses bens um determinado valor e a quebra do seu sentido ou sua desvalorização eram tidas como a quebra das virtudes do ser humano, envolvendo até mesmo a alma, que ficaria inexoravelmente condenada. Diziam ainda que essa quebra de valores era causada pelas paixões, quando o homem teria perdido a razão ou seu senso de julgamento, surgindo daí a idéia de que “a paixão é a antítese da razão”. Em resumo, se tais bens estivessem colocados no que entendemos por ponto de equilíbrio, a felicidade seria completa, tanto do corpo como da alma. Assim, esses gregos subordinavam a ética às idéias de felicidade da vida presente e de sobera-

no bem.

Observe-se que nessa categoria dos “soberanos bens”, e em consonância com o pensamento dos comentadores mais modernos, a **bondade** é considerada como um dever imperativo de toda educação e de toda cultura, a ponto de o apóstolo São Paulo considerar “a bondade como inseparável da justiça e da verdade, mostrando-a como incompatível com a iniquidade e a mentira”.<sup>4</sup> Ela pertence ao que seria designado como a segunda categoria das virtudes, porque envolve silêncio, modéstia, retraimento, mansidão, servir com amor e sem contar com a própria gratidão. Lembra Amoroso Lima que a **bondade** “é um dever imperativo de toda educação e de toda cultura, para impedir a desumanização do ser humano, pelo progresso material, pela vaidade do saber e, acima de tudo, pelo poder corruptivo do hábito do erro, da opressão e da mentira”.<sup>5</sup> Por sua vez a **beleza**, elevada à categoria de “soberano bem” pelos gregos, estaria ligada ao culto do corpo atlético, tão produtivo quanto necessário, pronto para qualquer embate (Esparta e seus guerreiros), hoje é entendida apenas como uma apologia do orgulho e da vaidade (o que lembraria o pecado da Soberba, no plano cristão) desde que transposta para o plano pessoal. Dizer apenas do corpo físico, como se limitavam os gregos, é muito pouco

<sup>4</sup> “Andai como filhos da Luz, pois os frutos da luz consistem em toda a bondade, a justiça e a verdade: (EF 5,8-9).

<sup>5</sup> - AMOROSO LIMA, Alceu - “Tudo é Mistério” - Ed. Vozes, 1984, p. 181.

para a beleza que está em quase tudo o que possa ser visto, ouvido, cheirado, tocado e dito, sentidos que foram injustamente reduzidos ao plano poético, o que nos leva a indagar: é ética a atitude de destruição da camada de ozônio da atmosfera ou a queima de grandes florestas, como a da Amazônia? Enquanto isso, aquilo denominado como *poder*, mais do que o sentido de direção da “pólis” empregada pelos pensadores gregos, para a completa felicidade, é lembrado hodiernamente como a inclinação do ser humano à autodivinição ou como caracterização do antropocentrismo. É esse poder que vai buscar no campo da moral o que mais interessa à sociedade, para transformá-lo em norma, com a correspondente sanção material.

*Liberdade, justiça e verdade* entrelaçam-se, não como uma rede de significantes e significados, signos e significações, mas como ações disciplinadoras sem fragmentação, como acentuam os modernos estudiosos. Não existe meia-liberdade, como a prisão domiciliar; não existe meia-justi-

ça, como a de Salomão; não existe meia-verdade, como a empregada hodiernamente pelos integrantes do poder político. Não existe meia-alma, nem meio-corpo.

Como “soberanos bens” pinçados no campo da moral e da ética, a *liberdade* e a *justiça* foram elevados a “bens tutelados”, e dentre nós, inseridos na Lei Magna. São tidos e constituem princípios constitucionais maximizados pelo Estado, enquanto sociedade e administração. Estado que se distingue como um corpo político destacado da sociedade e tem em suas mãos o poder político, o monopólio da lei e da força. É nesse contexto que vemos o homem como indivíduo, existindo para a sociedade. Como pessoa, a sociedade existe para ele. A condição de pessoa supera em muito a de indivíduo. Não é a somatória de indivíduos que vai constituir o Estado; este é formado por pessoas, daí a origem do poder.

Os mais atentos já devem ter constatado que a palavra *justiça* é mencionada em nossa Constituição 101 vezes<sup>6</sup>. Enquanto isso, a palavra *liberdade* é mencionada

<sup>6</sup> A palavra *JUSTIÇA* pode ser encontrada: no Preâmbulo, art. 14 ps. 10 e 11, art. 17 n. III, art. 35 n. IV, art. 36 ns. II e IV, art. 42 p. 8o., art. 55 n. V, art. 73 p. 3o., art. 89 n. VI, art. 91 n. IV, art. 92 n. II, art. 93 n. III, art. 96 ns. I “e”, II, III (duas vezes), art. 98 n. II, art. 99 n. II, art. 102 n. I “a”, Tit. IV, Sec. III (várias vezes), art. 104, art. 104 p.u. e n. I, art. 105 e ns. I, I “c”, “h” (quatro vezes), art. 105 p.u. (três vezes), art. 106, art. 108 n. I “a” (três vezes), art. 109 ns. I, IV, IX, p. 3o. (duas vezes), art. 110 p.u., art. 11, art. 113, art. 114, art. 114 p. 2o., art. 118, art. 119 n. I “b”, art. 120 p. 1o. n. I “a” e “b”, art. 120 p. 1o. n. III, art. 122, art. 123, art. 123 p.u. n. II, art. 124, art. 124 p.u., art. 125, art. 125 p. 1o., art. 125 p. 3o. (cinco vezes), art. 125 p. 4o., art. 126, no Tit. IV, Cap. IV (várias vezes), art. 133, art. 170, art. 193, art. 217 ps. 1o. e 2o., art. 233, art. 233 p. 1o., art. 235 n. IV e VII. No texto das disposições nos arts. 5o. p. 1, art. 10 p. 3o., 13 p. 3o. n. II, art. 27, ps. 1o, 2o e 3o. e 10 (três vezes) e art. 30.

apenas 15 vezes<sup>7</sup>, ao longo do extenso texto, seja com indicação de direitos ou com designações do exercício do poder, ou ainda com sentido de aplicação administrativa. Por seu turno, a palavra *poder*, também sob vários aspectos, mas principalmente como subordinante de todos os segmentos contidos no Estado, aparece 204 vezes. No entanto, *bondade e beleza*, tanto as palavras como os sentidos em que possam ou venham a ser empregadas, não tiveram o privilégio de ser erigidas a um patamar mais elevado, desmerecendo qualquer citação. Vale dizer que, embora olvidadas pelos legisladores e constituintes, nem por essa razão perderam o seu sentido moral, que sempre será cobrado pela ética. Da mesma forma, ficou inteiramente esquecida a palavra *verdade* e acreditamos até que o seu real sentido deixou de ser considerado. Mais adiante procuraremos dedicar a esse tema uma reflexão maior.

Hoje, a felicidade não é mais pensada nos termos da moral antiga, mas em termos de eficácia técnica, de consumo de imediatismo. Vamos além: ela depende cada vez mais da roda da fortuna, das forças externas que tudo controlam e dominam, o que por si só demonstra que entre as duas concepções

existe muito mais que simples diferença: há uma verdadeira ruptura, uma contradição<sup>8</sup>.

A ética de princípios, de valores fortalecendo o corpo e a alma, estudada e estabelecida pelos gregos, cresceu com a força da pregação cristã, que insistia em que a felicidade não consiste apenas em fazer o próprio gosto, arbitrariamente, mas em buscar a própria realização, o que é bom, o que é conforme a natureza humana. Aliás, essa idéia de felicidade já era contida nos Salmos (Sl 34,13) : *“Qual o homem que não ama sua vida, procurando ser feliz todos os dias?”*

Sabemos que as instituições humanas e seus relacionamentos podem evoluir ou involuir, e o modo de sua visualização ser reformulado em nome de uma nova “ética”, logo com novos valores e direitos/deveres, mais ou menos elevados. É por essa razão que surgem idéias e posições, como aquelas concebidas por volta de 1500, quando em novo e diferenciado discurso apregoavam que *“a boa ação política não deve levar em conta valores que sejam incapazes de garantir seu sucesso, mas apenas o que conduz à meta desejada”*<sup>9</sup>, conceito estabelecido por Maquiavel através da frase *“a*

<sup>7</sup> - A palavra *LIBERDADE* pode ser encontrada: no Preâmbulo, Tit. II, Cap. I, art. 50., ns. VI, XVII, XLVI “a”, LIV, LXVI, LXVIII, art. 42 p. 8o., art. 139 - III, IV, art. 206 - II, art. 220 p. 1., art. 227, art. 227 p. 3o. -V.

<sup>8</sup> - NOVAES, Adauto - “Ética” - Cia. das Letras - p. 8.

<sup>9</sup> - idem n. 6.

*um príncipe não é necessário possuir todas as qualidades, mas é necessário parecer tê-las*, ou que *“as violências devem ser feitas todas ao mesmo tempo, a fim de que seu gosto, persistindo menos tempo, ofenda menos”*, e, para não nos estendermos, *“os homens esquecem mais facilmente a morte do pai do que a perda do patrimônio”*<sup>10</sup>. Com a divulgação do que o florentino chamava de análise das qualidades necessárias ao exercício do poder, nascia o que os doutrinadores chamam de **“ciência da política”**. É nesse universo da ética-política, ou da política que carrega em si um corpo de valores diferente daqueles de uma moral da consciência, que devemos buscar as fronteiras da ética<sup>11</sup> e discuti-las quase no limiar de um novo século.

### A verdade esquecida

**D**ialogando sobre a existência daquilo que é chamado de “reserva mental”, em face do tema verdade/mentira, ouvimos uma antiga narração que vem bem a propósito: Certo dia, ao tempo de uma guerra, soldados em luta chegaram num determinado vilarejo onde existia um mosteiro. Ao primeiro frade que encontraram foi perguntado pelo oficial da tropa:

*- Por aqui passou o batalhão inimigo ?*

Ora, para qualquer pessoa de bom senso, toda guerra é execrável e inconcebível, quanto mais para os que procuram engrandecer a sua alma. O frade viu-se diante de um grande dilema: detestava a guerra e havia sido depositário de um segredo da tropa anterior. No entanto, não podia deixar de apresentar sua resposta sob pena de ser tomado como mais um inimigo. Outrossim, também não queria ferir sua consciência e dignidade, incorrendo no pecado da mentira. Sabemos que são bastante largas as mangas das vestimentas dos monges cristãos, que têm como costume protegerem suas mãos e antebraços dentro dessas mesmas mangas, cruzando-os logo abaixo do tórax. Então, voltendo seu pensamento para a posição de suas próprias mãos respondeu :

*- Não ! Por aqui - olhando para a manga do hábito - não passou o batalhão inimigo !*

Entendia que, se no momento da resposta não estivesse pensando no assunto enfocado, mas na posição adotada, não estaria faltando com a verdade e, da mesma forma, não estaria mentindo ao interlocutor. Essa seria a sua “reserva mental” para evitar a quebra do

<sup>10</sup> - MAQUIAVEL, Nicolau - “O Príncipe” - XVII.

<sup>11</sup> - BIGNOTTO, Newton - obr. cit. - p. 120.

sigilo e manutenção do segredo.

A preocupação com a verdade/mentira vem de muito longe e se destaca em todos os séculos. No Brasil vamos encontrar menção ao tempo de sua colonização no século XVII, com o Padre Vieira ensinando: "*A verdade é filha legítima da justiça, porque a justiça dá a cada um o que é seu. É isto é o que faz e o que diz a verdade, ao contrário da mentira. A mentira, ou vos tira o que tendes, ou vos dá o que não tendes; ou vos rouba, ou vos condena*".<sup>12</sup>

Essa mesma mentira, em sua plenitude, é definida por Santo Tomás como "*o ato de quem pretende, enganando, induzir em falsidade a opinião alheia*".<sup>13</sup>

Devemos confessar que ainda não conseguimos encontrar algo mais extenso ou qualquer outro tipo de estudo com maior profundidade (embora tenhamos certeza de que exista), mesmo tese ou publicações de efeito, discorrendo sobre a verdade. Em alguns alfarrábios só foram encontradas algumas alusões sobre sua antítese: a *mentira*.

Uma autora sueca, Sissela Bok, citada por Marilena Chauí em pa-

lestra realizada em 1991, no MASP, decidiu escrever um livro sobre a mentira, após ter verificado que, desde o século XVII, excetuando-se alguns momentos da literatura, do teatro e do cinema, reina o silêncio quanto ao dilema do "dizer-a-verdade", seja na vida privada ou na vida pública. Sociólogos de linha durkheimiana, examinando o desamparo dos indivíduos nas escolhas morais, a presença de práticas e comportamentos violentos na sociedade e na política, a multiplicidade de atitudes transgressoras de valores e normas, falam em anomia, isto é, no desaparecimento do cimento afetivo que garante a interiorização do respeito às leis e às regras de uma comunidade.<sup>14</sup>

O professor de Direito Internacional Público e Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da USP, Celso Lafer, também fez um breve estudo e ensina: "*Na dicotomia verdade/mentira a verdade é o termo forte, e a mentira é o termo fraco, pois dizer a verdade não requer uma explicação, mas dizer uma mentira exige uma justificação, normalmente articulada, (...) mal menor ou mal necessário, ou então resposta ao mal de outra mentira*". Mais

<sup>12</sup> - VIEIRA, Padre Antônio, "*Sermão da Quinta Domingo de Quaresma*" - S. Luiz - MA, 1654.

<sup>13</sup> - TOMÁS DE AQUINO, "*Suma Teológica*", trad. Alexandre Correa, RS, Livraria Sulina, 1980, p. 2877.

<sup>14</sup> - CHAUÍ, Marilena. "*Ética*", ob. cit., p. 345.

adiante, diz: *"Do ponto de vista da mentira, esta plena afirmação da ética de princípios só aparece em dois grandes autores: Santo Agostinho e Kant - como observa Stssela Bok em sua obra intitulada Lytng - moral choice in public and private life. O primeiro, vendo na mentira o uso condenável do dom da palavra, que foi concedido ao homem para transmitir os seus pensamentos a outros homens e não para enganá-los, e o segundo, enxergando na mentira - qualquer mentira - um aniquilamento da dignidade humana".*<sup>15</sup>

No Talmude<sup>16</sup>, livro que contém a lei e tradições judaicas, compiladas pelos doutores hebreus, a mentira é equiparada a pior forma de roubo. Foi diante de enorme multidão na Judéia que Cristo (Marcos, 10:19) reiterou um dos dez mandamentos: *"Não dirás falso testemunho contra o teu próximo"* (Ex. 20:16 e Dt. 5:20). O "Catecismo da Igreja Católica"<sup>17</sup>, recentemente publicado, no número 2464, diz: *"O oitavo mandamento proíbe falsear a verdade nas relações com os outros. Essa proibição moral decorre da vocação do povo santo a ser testemunha de seu Deus, que é e quer*

*a verdade. As ofensas à verdade exprimem, por palavras ou atos, uma recusa de abraçar a retidão moral: são infidelidades fundamentais a Deus e, neste sentido, minam as bases da Aliança".* O grupo de teólogos que apresentou essa nova interpretação ainda acrescenta: *"Os homens não poderiam viver juntos se não tivessem confiança recíproca, quer dizer, se não manifestassem a verdade uns aos outros (Santo Tomás de Aquino). A virtude da verdade devolve ao outro o que lhe é devido. A veracidade observa um justo meio entre o que deve ser expresso e o segredo que deve ser guardado: implica a honestidade e a discrição. Com toda a justiça - um homem deve honestamente a um outro a manifestação da verdade (Santo Tomás de Aquino)".*

Sempre imaginamos a mentira como a cabeça de um cometa que se encontra vagueando pelo espaço; o fogo que ali arde é alimentado apenas por gases que vão se dissipando com o tempo, e o seu brilho aparente se apaga depois que passa, deixando no lugar em que tanto ofuscou muitas vistas apenas o rastro congelado que o mesmo tempo vai dissipando, na certeza de que mais tarde nada

<sup>15</sup> - LAFER, Celso - "Ética" - ob. cit., p. 228.

<sup>16</sup> - Do hebraico TALMUD que significa instrução.

<sup>17</sup> - "CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA", Ed. Vozes, Ed. Paulinas, Ed. Loyola, Ed. Ave-Maria, ano 1993, p. 532, por nimia gentileza de Dom Murilo Krieger, SCJ, Bispo de Ponta Grossa.

restará (salvo se sua cabeça se chocar com algo). É uma espécie de fogo fátuo, enquanto que a verdade deixa sua marca indelével e perene (*"a infâmia do mentiroso acompanha-o sem cessar"* - Ecl., 20:24; 20:26).

A condenação da mentira é um princípio ético tradicional, como lembra Lafer. Aristóteles, na *"Ética a Nicômaco"*, ao tratar da veracidade no Livro IV (1127 a 25-30), diz que por si mesma (ou seja, independente do que diz respeito à justiça e à injustiça, que são do domínio de outra virtude) a verdade é nobre e merecedora de aplauso enquanto a mentira é vil e repreensível.

No infindável caminho percorrido pelo estudo da ética, começaram os filósofos a se dedicar aos seus fins, sem nenhum descuido dos meios, para a sua consecução. Passaram a dar à ética raízes puramente naturais, embora, posteriormente, a chamada *"razão prática"* pudesse remontar às raízes sobrenaturais mais remotas. Como escreveu Alceu Amoroso Lima, *"a lei moral natural se separava da lei moral sobrenatural"*<sup>18</sup>, e mais adiante: *"O código dos costumes passa a ser uma lei draconiana e as punições sociais são inflexíveis e violentas. O inquisitorialismo medieval, renascentista, longe de*

*se atenuar, se agrava, pois passa do terreno propriamente religioso para o terreno moral. E para uma ética cada vez mais baseada em cânones sociais, fruto da razão e da vontade, e não da tradição e da revelação"*.

Onde fica situado o denominado **progresso moral** com relação ao **progresso científico** ?

É esse o tipo de progresso que estamos vendo e testemunhando no final deste século ?

Antes da conclusão deste item, não podemos deixar de mencionar a profunda relação da verdade/mentira com o sigilo e o segredo, tomados de forma generalizada, ressaltando a enorme diferença existente entre não mentir, ao contar algo que se saiba (o que constitui uma ação) quando indagado, e o fato de silenciar sobre a indagação para não ter que dizer a verdade (ação inversa). Existiria enorme gravame se a ação partisse do próprio agente para o relato: mentindo estará cometendo uma falta ética, que também ocorrerá se disser a verdade da qual é depositário (segredo). Talvez seja por essa razão que, mais uma vez, a sabedoria popular se manifeste (*"Em boca fechada ..."*) e destaca a importância do segredo, como a justificar: *"O indivíduo que confia, a*

<sup>18</sup> - AMOROSO LIMA, Alceu. ob. cit., p. 26.

alguém, o seu segredo, com o pedido de não contá-lo a ninguém, está, apenas, procurando alguém capaz de guardar um segredo que ele mesmo não foi capaz de guardar”<sup>19</sup>.

### O fim dos princípios

**A**té este ponto procuramos fazer com que fosse percebido aquilo que é denominado **Ética de Princípios**, consubstanciada nos valores dos soberanos bens do corpo e da alma, que se contrapõe à **Ética dos Fins**, onde os meios para a sua consecução se justificariam com frase do tipo comum: “**tudo é possível; quem pode, pode; você decide! ; cada um por si e Deus por todos; faça o que eu mando e não faça o que faço...**”

Constantes pesquisas e estudos têm demonstrado que a sociedade moderna em geral, do oriente ao ocidente, vive hoje numa crise **ética e da ética**. Até agora não foi conseguida a compatibilização do pensamento geral dos princípios éticos com a evolução da economia moderna, o capitalismo e seu peso na sociedade. Também e, principalmente, não foi possível compatibilizar os princípios éticos das antigas “*pólis*”, com o pensamento e atividades políticas. A his-

tória registra o crescimento da importância da política, da religião, da arte e da ciência, que adquiriram sua própria autonomia. Enquanto isso, nesse mesmo período, a **ética e a religião** perderam sua hegemonia sobre a sociedade tradicional.

Talvez nem todos saibam que o verdadeiro sentido da palavra **pecado** quer dizer **errar o alvo**. Os cristãos tanto usaram a palavra **pecado** que acabaram por lançá-la ao total descrédito, quase mesmo ao ridículo, fazendo com que a grande maioria das pessoas a considere obsoleta. Verifica-se que ainda é comum o uso de expressões como : “Que **pecado** fazer uma viagem dessas ...”, ou “É um **pecado** não aproveitar tão grande chance...”. Em tudo esses cristãos viam sua presença ou sua ausência, numa falsa educação maniqueísta. Da mesma forma, tanto se usou a palavra **imoral** que seu sentido acabou aviltado, generalizando indiscriminadamente o uso da expressão **aético** em seu lugar.

É patente a existência de um grande temor nesta última década do século, de que também a palavra **ética** seja depauperada. Qualquer comportamento deseducado ou mal conduzido é guindado ao patamar do sentido da **ética**, ou à

<sup>19</sup> - WAENY, Walter - “Apotegmas” - pelo autor - Santos - p. 72.

sua negação, como se a educação ou sua falta fosse uma virtude do ser humano e não um aperfeiçoamento.

Quase tudo na atualidade envolve o uso da palavra *ética*. *Ética* no automobilismo; *ética* nos campos de futebol; *ética* na Economia; *ética* nos negócios... Até mesmo o que filosófica, social e juridicamente se torna praticamente impossível, desde que o florentino Nicolau Maquiavel estabeleceu a “*ética de meios*”, a partir do “O Príncipe” : *ética* na Política.

No nível doméstico parece que a crise *ética* e a crise da *ética* se encontram de plantão em nossa terra, onde se plantando tudo dá. “Está havendo um modo de pensar, de agir, de viver fora dos princípios éticos até há pouco tempo respeitados e aceitos. Essa é a crise *ética*. Pior ainda é a crise da *ética*, isto é, aceita-se como “natural” esta nova situação, como se não houvesse norma para reger os atos humanos, tanto particulares como públicos. Falta aceitação da necessidade da *ética*, que compreende os valores capazes de garantir a realização pessoal e social do ser humano, conforme sua dignidade e o sentido de sua vida”<sup>20</sup>. Quer nos parecer que duas palavras e o real sentido de cada uma delas desapareceram da mente dos

brasileiros : *amor e caridade*. E, paradoxalmente, ambas estiveram presentes com toda sua força no início deste ano, coroando a grande competência, dedicação, seriedade, *ética* e disciplina de um respeitado automobilista que o infortúnio nos levou.

Não nos esqueçamos de que, embora tenhamos conseguido o tetracampeonato de futebol nos Estados Unidos, desta vez não houve possibilidade de ser usado o famoso “jeitinho brasileiro”, com o total predomínio nas grandes disputas, da dedicação, competência e preparo, aliás, reconhecidos e admirados mundialmente. Acabou-se o tempo da “ginga”, da malícia, da “folha seca”. No entanto, de tão eufóricos, bastou o primeiro contato com o nosso solo pátrio para uma grande recaída, felizmente respondida a tempo pelos sofridos “tupiniquins”, prenúncio de que começa a ser debelada a crise da *ética*.

A palavra “*crise*” não está ligada apenas ao sentido ético do comportamento das pessoas. Roberto A. R. de Aguiar, ao fazer um diagnóstico e ao traçar algumas perspectivas para a nobre classe dos advogados, escreve : “A palavra *crise* está sempre ligada a uma perspectiva de ruptura. A *crise* é o prenúncio de uma quebra de or-

<sup>20</sup> - CNBB - “*Ética : Pessoa e Sociedade*” - Documento da 31a. Assembléia de Itaiçuba-SP, em 07/05/93, p. 79.

dem, de um desfecho fora de controle, de uma reação destruidora". Traz no início de seu estudo, como epígrafe do primeiro capítulo, a frase de Antônio Gramsci - *Pasado e Presente* : "A crise consiste justamente no fato de que o velho não morre e o novo não pode nascer".<sup>21</sup> Lembramos que nosso saudoso pai, em seu pequeno comércio em Taubaté-SP, nos ensinava no final da década de 50: "O medo da crise é pior do que a própria crise". Portanto, seja hoje ou há meio século, a existência da crise sempre foi motivo de grande preocupação.

---

### Palavras da moda

---

**H**oje duas palavras ganham o galardão das mais escritas e pronunciadas em todo o mundo: ética e corrupção. Lembremos, apenas de passagem, alguns fatos noticiados há pouco tempo pelos jornais : a) a descoberta de corrupção em meio à economia japonesa, que levou seu ministro ao suicídio; b) a simples alusão de que teria sido dado emprego doméstico para quem não detinha direitos de cidadania nos Estados Unidos, determinou que não se consolidasse uma indicação feminina à Corte de Justiça daquele país. Quando vemos ou ouvimos notícias desse jaez começamos a pen-

sar que a crise ética e da ética parece não ter solução. Bradamos, gritamos, pintamos a cara de verde e amarelo e vamos para as ruas. Exigimos que todos tenham um comprometimento ético na política, na economia, no trato com as coisas públicas. Os estudantes se munem de cartazes e lotam os logradouros públicos, mas esses mesmos estudantes (nem todos, obviamente) são bem capazes de disputar com truculência os melhores lugares para assistência de um show de seu ídolo; são capazes de se utilizar do artifício da "cola" para alcançar maiores notas nas escolas e obter aprovação; promovem "rachas" em vias públicas, colocando em risco a vida e o patrimônio de terceiros. Todos querem uma ética daqueles que chamam de "maiorais", mas desconhecem, ou digamos, se esquecem, da sua própria ética.

Verdadeiramente o nosso senso interior não admite que os idosos tenham de enfrentar, todos os meses, uma enorme fila nos bancos para receberem seu pecúlio; no entanto, temos o nosso próprio gerente de atendimento especial no mesmo banco (tráfico de influência ou tratamento privilegiado?). Sentimos um grande desconforto quando moleques pedem para "guardar" nosso carro nas ruas, mas somos capazes de pedir

---

<sup>21</sup> - "A crise da advocacia no Brasil" - Editora Alfa-Ômega, 1991, p. 17.

para que um amigo na fila do guichê do estádio de futebol adquira o nosso ingresso por antecipação. Não vemos com bons olhos e nos revoltamos diante de notícias de propinas ofertadas para “certas facilidades”, mas estamos prontos para alcançar benefícios próprios com o mesmo tipo de ação (todo mundo faz, por que eu não posso? Afinal, “o mundo é dos espertos”). Nosso tempo vale dinheiro, muito dinheiro, e sempre temos pressa para chegar ao nosso destino; assim, entendemos que estamos liberados para usar até mesmo o acostamento das estradas, em filas duplas, triplas ou quádruplas; nos esquecemos de que o acostamento é o único meio para que um socorro médico ou policial seja imediato no caso de acidente; nosso tempo vale ouro, enquanto a vida do próximo pouca importância tem. Reclamamos do tráfego urbano, mas não temos nossa índole de tocar a buzina do carro no primeiro congestionamento encontrado, aumentando ainda mais o tumulto.

Muito disso se prende à falta de educação moral e cívica, cuja disciplina foi lamentavelmente excluída de nossas escolas. Mas, o que é a falta de educação, senão o descontrole do costume, formador da moralidade de uma comunidade? Tudo passa a ser encarado dentro da normalidade e aceito como elemento transformador de costumes

e hábitos. Tomemos como exemplo o propalado “jeitinho”, que de tão bem trabalhado acabou se qualificando dentro do ufanismo de nosso povo: “o jeitinho brasileiro”, como se tal execrável atitude tivesse sido iniciada por nós, quando sabemos que deriva do jogo norte-americano conhecido como “*ret da montanha*”, ou “*one-up-manship*”. Essa situação conduz seu agente a levar vantagem em alguma coisa, o que seria até normal dentro de transações comerciais, porém, nosso povo, incentivado até mesmo por infeliz publicidade, acresceu que a vantagem deve ser conseguida em tudo e gosta, luta, por “conseguir levar vantagem em tudo”. Essa é a “ética da esperteza ou da malandragem”. A contravenção se torna coisa normal porque a sorte na consecução das coisas, como a riqueza através dos jogos de azar e loterias, são meios fáceis de vencer. O procurado caminho do “pistolão”, ou do “quem indica”, com apadrinhamentos por parte de ricos, poderosos e políticos, com benefícios - em troca de favores, num sistema de clientelismo parece bastante normal (consagra-se como princípio o adágio: “**Quem parte e reparte, não ficando com a melhor parte, é bobo ou não tem arte**”).

Os fatores da crise ética da nossa sociedade acabaram por gerar a falta de honestidade, quando esse princípio, em situação de confron-

to, tem que ser provado, contrariando a normalidade da comprovação da desonestidade; geraram a facilidade da corrupção, do abuso do poder, da exploração institucionalizada, da violência, do **dano moral**, do **desvio de finalidade** e da **improbidade**. Não nos esqueçamos de que tivemos como fato inédito a criação de um Ministério da Desburocratização, até hoje não justificado. A consciência de cada um está em pane, porque fragmentou-se, foi manipulada. Existe um total descrédito da ação política, não se vislumbrando qualquer tipo de solidariedade social. Isso vai nos conduzindo a pensamentos hediondos, instaurando discussões sobre a validade ou não da morte de reclusos nas penitenciárias, ou eliminação de jovens e crianças em favelas, ou ainda ao questionamento da validade da campanha contra a fome, capitaneada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Realmente há um novo modo de pensar, de agir, de viver fora dos princípios éticos, repita-se, o que constitui a **crise ética**, e a aceitação de situações como as apontadas, pinçadas sem qualquer ordem ou maiores detalhamentos, se constitui no que vem sendo chamado de **crise da ética**, justamente pela naturalidade com que tudo é pacificamente encarado.

## Seriedade nos estudos

**M**uitas entidades, organizações e alguns segmentos da sociedade têm dedicado um grande tempo ao estudo dos principais motivos que levam nossa consciência à frieza de interpretação e à quase inércia de atitudes. Grandes seminários e debates, como o realizado no MASP por Adauto Novaes, e posteriormente transformado em vídeo exibido pela TV Cultura de São Paulo; artigos jornalísticos, dos grandes órgãos da imprensa têm chamado a atenção para o tema. A CNBB, que possui um considerável levantamento de diversas situações em todo o território brasileiro, divulgou no ano passado (06/05/93) documento sob o título "Ética: Pessoa e Sociedade"<sup>22</sup> e levou o debate para dentro das igrejas em todo o país, culminando com um grande encontro em Brasília, no final do mês de julho (1994). Torna-se conveniente resumir e comentar o que foi divulgado ao término do encontro em Itacy-SP, em maio de 1993, onde teve origem o documento que traz uma reflexão bastante ampla e vivaz da ética:

a) o comportamento de políticos profissionais que distanciam seus interesses das aspirações dos eleitores, mostrando pouca transparência no seu agir. Como

<sup>22</sup> - CNBB - "Ética: Pessoa e Sociedade" - Ed. Paulina - n. 50.

consequência vemos o aumento da corrupção e abuso do poder;

b) a formulação de novas leis, regulamentando problemas de forte relevância Ética, como as dedicadas à família, ao aborto, à experimentação biológica e genética, à eutanásia, às drogas etc.;

c) a discussão sobre Ética e Economia, quando esta gera muitas vantagens para poucos e infelicidade e penúria às grandes massas (Ética nos negócios ou Ética da empresa);

d) as pesquisas de bioética, que há vários anos acompanham o impressionante avanço da biologia e da genética e de suas efetivas ou possíveis aplicações às pessoas humanas, inclusive com o risco da manipulação do patrimônio genético da humanidade. Deve-se prestar atenção à pressão que a mentalidade científica e técnica exerce sobre a reflexão, às vezes desconsiderando as razões éticas em favor de uma ilimitada ânsia de pesquisa e experimentação;

e) as aplicações ou consequências do progresso técnico-científico, com ameaça à existência da sociedade, como as armas atômicas ou nucleares, armas químicas e biológicas; desequilíbrio ecológico pela poluição de ar, água e terra, pela destruição da camada de ozônio, pelo "efeito estufa" etc.;

f) a abundância de recursos econômicos e técnicos, de uma parte, e a fome e a miséria, que destroem vidas humanas, de outra. As interrogações se aprofundam à medida que se percebe que fome e miséria são fruto de injusta distribuição, desorganização e corrupção dos órgãos governamentais, guerras, etc.

Algumas entidades estão bastante sensíveis e começam a demonstrar sua preocupação (verdadeiramente universal). Temos notícias de que clubes de serviço a nível internacional, estão se lançando em campanhas e discussões, como o Rotary Interntional, adotando o lema: "Preserve o Planeta Terra", de inspiração "tupini- quim", ou frases de impacto positivo como "Acredite no que faz e faça aquilo em que acredita", "A verdadeira felicidade está em ajudar ao próximo", "Othe além de si mesmo", ou então, uma grande campanha a nível nacional dirigida de forma específica aos profissionais de todas as áreas, denominada: "Ética: um princípio que não pode ter fim", encetada no Rio de Janeiro e que começa a se projetar no seio da comunidade brasileira (outra vez nos lembramos da sabedoria popular: "Devagar se vai ao longe").

Através dos jornais e revistas pudemos constatar, em meados de 1993, a verdadeira comoção e sen-

timento de repulsa que certa publicidade de confecção causou, ao fazer referência pouco feliz aos infelizes portadores de AIDS. Quase que imediatamente a entidade que exerce um controle sobre a veiculação de publicidade em outdoors, rádios e tvs, considerou que a mensagem era antiética, exercendo o seu poder de censura. Pelo que se sabe, não é a primeira vez que o CONAR fez sentir sua atuação naquilo que poderia influenciar de forma pernicioso e negativa a consciência dos menos avisados. Claro que se trata de atitude altamente positiva dessa entidade, entretanto, por outro lado, não raro os donos desses jornais e emissoras televisivas, defendendo a verdade, a honestidade na política, a ética de princípios, paradoxalmente permitem em seus órgãos a divulgação da pornografia e, mais grave, incentivam o relativismo e o subjetivismo no plano da moral pessoal.

Em nível de negócios e empresas, a vigência do Código do Consumidor veio colocar um paradeiro nas propagandas e promoções enganosas, onde a maioria incauta se via prejudicada, sem possibilidades de recorrer de forma imediata, visando a pôr um fim nessas situações.

Outra louvável iniciativa foi tomada pelo município de São Paulo-Capital, ao instituir a "Semana da Ética Profissional", através da Lei

n. 11.386, de 24 de junho de 1993. No cumprimento do seu preceito, realizou o "I Fórum da Ética Profissional", no auditório Pedrosa Horta, da Câmara Municipal, no período de 20 a 27 de outubro de 1993, com a participação de vários segmentos da comunidade paulistana.

Acreditamos que inúmeras dúvidas sobre comportamentos éticos no exercício de muitas (ou todas?) profissões devem estar atormentando a mente de quase todos os cidadãos, mas temos de convir que em qualquer profissão existem os bons e os maus executores; os éticos e os antiéticos; os competentes e os incompetentes. Todos estão sujeitos a procedimentos generalizados e influências de comportamentos a que já nos referimos. Alguns, no entanto, acabam extrapolando no aproveitamento de circunstâncias; enriquecem de maneira muito rápida; não respeitam seus próprios limites, porque entendem que a livre concorrência não tem limites. E atuam como se estivessem dentro da normalidade. Assim, alguns engenheiros assinam plantas sem se responsabilizarem pelas obras; médicos praticam abortos ou, sem o zelo necessário, fornecem atestados; psicólogos se ligam passionalmente aos clientes; corretores não cumprem sua própria tabela de honorários; dentistas realizam próteses desnecessárias; administradores manipulam contas e

contabilidade em atitudes fraudulentárias; secretárias revelam segredos de empresas ou dos patrões; professores reduzem seus horários de aula em prejuízo do aluno; advogados procrastinam feitos alegando o direito de preparação da ampla defesa; atletas-heróis reivindicam anistias fiscais; magistrados se integram indevidamente em delegações esportivas internacionais; enfim, uma imensidão de situações que no passado provavelmente seriam de imediato coibidas pelos órgãos de classe, em face de grande pressão exercida pela comunidade. Porém, diante do crescimento populacional e conseqüente aumento de problemas, as punições vão se tornando mais lentas, aliás, excessivamente lentas, chegando a serem alcançadas pela prescrição.

### A ética dos bens

Certa vez nos foi proposto um debate sobre o tema "Ética na Justiça". Tivemos sérias dificuldades para desenvolvê-lo e confessamos que não o conseguimos, porque, como deixamos consignado anteriormente, quando falamos em justiça estamos falando na aplicação da ética pura, filosófica, a que traz como norte a própria moral. Recorde-se que justiça, na concepção de Sócrates, Aristóteles e Platão, estava erigida como um bem soberano, que complementa o cor-

po e a alma; o corpo, no sentido de que o mal causado a outro deve ser redimido pela punição do próprio homem; a alma, quando se acredita que um SER SUPREMO possibilitou a distinção do bem e do mal e, quando este se manifesta, a divindade estará a postos para cobrá-lo através da própria consciência. A justiça é feita com a reposição das coisas e fatos no lugar em que antes se encontravam. A ética seria uma espécie de justiça interna do próprio homem.

Lamentavelmente, vemos nos dias de hoje muitas pessoas tidas como elementos essenciais à aplicação da justiça tecerem, amiudadamente, comentários em face da promulgação de qualquer tipo de lei (e como existe excesso de leis!), ou mesmo de demandas submetidas ao Poder Jurisdicional. Diante das câmeras de televisões são emitidos pensamentos que se confundem com o mérito das causas em discussão, sem que a decisão final, a sentença trãnsita, esteja consubstanciada, levando com isso o leigo a acreditar que aquela opinião é a mais correta e verdadeira. A simples idéia de que algo possa ser inconstitucional, divulgada ao talante, acaba por induzir a um pensamento generalizado e uma grande corrida para a disputa de interesses. Quem declara alguma coisa que pode beneficiar ou não, sem o necessário

fundamento e suporte, generaliza um pensamento e cria dificuldades, agindo de forma antiética, se aproveita do benefício. Um magistrado, que divulgue fora dos autos a sua convicção de condenação ou absolvição falta com a ética profissional, mesmo que para se fundamentar declare-se adepto do denominado "direito alternativo", o que daria lugar a que se possa pensar numa espécie de "moral alternativa" como fundamento de decisão. Especificamente no campo onde temos atuação, podemos afirmar que o advogado que vem a público manifestar como pensamento seu, segundo o qual uma lei é inconstitucional, sem que tenha havido qualquer tipo de decisão nesse sentido, do Poder Judiciário, comete uma falta ética, porque aos olhos de todos estará se insinuando à captação de clientela ou causa. Um representante do Ministério Público ou Defensoria Pública que requeira pagamento de honorários para si, também estará cometendo falta grave no sentido ético, não bastasse a proibição constitucional.

Tantos problemas têm surgido, tantas situações têm sido postas às claras e tudo isso aliado ao interesse da imprensa em melhor informar seus seguidores, que acabam ensejando uma avalanche de atitudes antiéticas. De tão repetitivos esses fatos, exsurge a

idéia e o pensamento geral de que são naturais e dentro do costume. A aceitação disso com naturalidade é o que chamamos de "crise da ética" supra apontada.

---

**"Nom omne quod licet honest est"<sup>23</sup>**

---

**A** vida de qualquer pessoa na individualidade, na profissão ou no seio da sociedade, tem que resumir-se numa constante e permanente regra de conduta: ser honesto. Pode-se viver sem talento para qualquer atividade - já o disse um monografista - mas não se vive sem honra.<sup>24</sup>

O homem parece ter esquecido que a vida está em constante evolução, impulsionando a sociedade, enquanto que ao mesmo tempo é impulsionado por ela. Tem desprezado a essência da norma ética, que inspira e consolida a norma jurídica. Na sua concepção ambas constituem normas de comportamento, diferenciando apenas no fato de que a primeira (a norma ética) é incoercível, unilateral, de grande amplitude e mais difusa, enquanto a segunda (a norma jurídica) é restrita, tem coação e, sendo mais definida, apresenta a característica da bilateralidade. Quando a moral diz ao homem que "ame o próximo", pronuncia-

<sup>23</sup> - "Nem tudo que é lícito é honesto." apóstolo Paulo.

<sup>24</sup> - SODRÉ, Ruy de Azevedo, ob. cit. p. 58.

o unilateralmente, sem que ninguém possa reclamar aquele amor. Quando o direito determina ao devedor que pague, proclama-o bilateralmente, assegurando ao credor a faculdade de receber. Os irmãos Mazeaud observam que a moral procura fazer que reine mais do que a justiça a caridade, que tende ao aperfeiçoamento individual.<sup>25</sup> “Se observarmos atentamente a sociedade verificaremos que os grupos sociais são fontes inexauríveis de normas”<sup>26</sup>, por conseguinte, o Estado não é o criador único de normas jurídicas, ou, na esteira dos ensinamentos de Gofredo Telles Jr. (in “Introdução”, apostila, fac. 2, p. 112), “*reduzir todas as fontes do Direito ao Estado é um erro. Nenhum Estado poderá jamais absorver todas as fontes do Direito. Um monopólio do Estado para engendrar e constatar o direito numa comunidade jurídica é, absolutamente, irrealizável. A criação autônoma do Direito se afirma sempre*”.

Uma das fontes do Direito é a norma jurídica, que traz em si um elemento imperativo e/ou autorizante, ambos incluídos no grupo de normas éticas que regem a conduta humana. Como é sabido, a norma jurídica situa-se no âmbito da normatividade ética, trazendo, conseqüentemente,

uma essência ética, uma vez que determina como deve ser a conduta dos simples indivíduos, autoridades e instituições na vida social, como acentua Van Acker. A norma ética, consolidada em norma jurídica, provoca e obriga a todos a um comportamento, uma conduta. Mas - convém ressaltar - a norma ética é sempre anterior à norma jurídica e decorre do costume num grupo social. Logo, não se confundem, ao contrário, como anteriormente foi acentuado, separando-se nitidamente, acabam por entrelaçarem-se e interpenetrarem-se de muitas maneiras.

Quando inspirado apenas no interesse pessoal ou de determinados grupos, o legislador “cria” direitos, desprezando o elemento ético e moral dos princípios, acaba determinando com que, embora nascida em campo autorizado, se espalhe a semente da contrariedade dos costumes e terá que amargar os frutos (“A semente é facultativa, mas a colheita é obrigatória”). A licitude surgida em face da aparente legalidade da norma fatalmente estará viciada, por trazer um componente contrário à moral, conseqüentemente aos costumes da comunidade.

<sup>25</sup> - FERRARA, “Trattato”, I, p. 27; MAZEAUD, “Leçons de Droit Civil”, n. 14, p. 23.

<sup>26</sup> - REALE, Miguel - “Lições Preliminares de Direito” - p. 41.

---

## Conclusões

---

Interessante observar que as pesquisas de opinião pública, amiudadamente divulgadas pelos jornais, vêm procurando traçar o perfil preferencial da população, em relação a candidatos a cargo eletivos. Disparadamente ela deseja alguém honesto. Nem mesmo o monstro da inflação, o império da violência, a fome, têm destaque especial, certamente porque, bem ou mal, o povo consegue driblar a inflação, cria condições próprias de defesa (sempre se protegendo atrás de muros e grades em suas casas) e não tem vergonha de pedir para saciar sua fome. Não encontra, porém, os mecanismos para se defender da desonestidade que leva à hipercorrupção. Desconsola-se com a impunidade e uma série de privilégios que redundam em mordomias, acentuando a desigualdade social.

Aliás, afirmar que nossa população mudou o seu modo de pensar na última década é o mesmo que extrapolar no tempo pois, em meados de 1992, o professor de História do Pensamento Econômico, Eduardo Giannetti da Fonseca, já afirmava: "A inflação atinge o padrão ético da sociedade. Um país onde as pessoas não sabem quanto o dinheiro que têm no bolso

valerá no mês que vem, acaba tendo comprometidas as regras morais mais fundamentais da convivência humana. A confiabilidade, a veracidade, a pontualidade, a honestidade e a integridade acabam sendo minadas pela falta de estabilidade da economia. A inflação é uma escola de oportunismo, de imediatismo e de corrupção. No Brasil, as pessoas, as empresas e o governo sacrificam o futuro em nome da necessidade de ganhar mais, aqui e agora, até para se proteger dos efeitos da inflação. Num ambiente como esse, o lucro passa a ser visto com desconfiança e a riqueza perde sua legitimidade"<sup>27</sup>.

Com o fim da Guerra Fria internacional abre-se um grande espaço para a discussão da ética, como afirma o professor Jacques Levy, do Instituto de Estudos Políticos de Paris: "Pela primeira vez na História, a noção de ética é praticamente universal. O aspecto ético é um dos fatores que vai determinar a reação da opinião global - pilar de um futuro sistema-mundo, econômico, político e social. O universalismo já não é um sonho, mas uma realidade à qual os políticos estão demorando a responder"<sup>28</sup>.

Infelizmente, somos o povo do último livro, do último assunto, da última novela, da última notícia do *Jornal Nacional*. Novamente nos

---

<sup>27</sup> - Revista VEJA - n. 1.141, ano 25, p. 27 - 1/7/92.

<sup>28</sup> - Conferência perante 300 geógrafos de 13 países sobre o tema "O Novo Mapa do Mundo" - Novo desenho geopolítico do planeta. Folha da Tarde - 02/09/92 - p. 17.

---

socorremos do enfoque popular de que “No Brasil todo escândalo não dura mais do que 7 dias”.

Falta aceitação da necessidade da ética, que compreende os valores capazes de garantir a realização pessoal e social do ser humano, conforme sua dignidade e o sentido de sua vida. Não podemos continuar alimentando o **individualismo**, que privilegia as opções e decisões do indivíduo, considerando exclusivamente seus próprios interesses. Estamos no limiar de um novo milênio, e o **desamor** e a **falta de caridade** imperam. A convivência social se deteriora de forma dramática, sobretudo pela **corrupção**, que lançou raízes profundas pelo “jeitinho” com que ela foi cuidada, deixando de ser apenas uma erva daninha para se tornar uma grande árvore sem qualquer fruto coletivo. Ela foi longe e vem eixaurindo a seiva da tranquilidade, e não estamos conseguindo encontrar um antídoto tão poderoso quanto a sua força, para ceifá-la e atirá-la ao fogo.

Fala-se, proclama-se que tudo isso cresce em decorrência da impunidade e da morosidade da **justiça**, em detrimento do bem comum. Mas a **justiça** se faz com o efetivo cumprimento das Leis. Leis que são concebidas e aprovadas por um outro Poder, o Legislativo, e onde imperou a “lei da vantagem”. É ele quem deve dar autorização

para que o Executivo, através do Judiciário, forneça os meios necessários à celeridade processual.

Equivale a um drama profissional assistir a maioria dos cidadãos que tanto direitos obtiveram em 1988, ser dragada na voragem das grandes disputas do poder econômico e político, nas pequeninas cidades ou grandes metrópoles, e converter-se numa mera engrenagem de uma estrutura que, alardeando o progresso científico, se torna marginalizante. Só assistimos a casamentos econômicos, patrimoniais e políticos, sem que seja observado o motivo inspirador da legalidade e das soluções dos problemas que, verdadeiramente, impliquem na felicidade e segurança das pessoas. Não se consegue perceber a utilização dos conhecimentos profissionais e científicos como solução dos problemas e carências da sociedade. Falta segurança de que a conduta pessoal de cada cidadão na sua profissão e nos seus negócios esteja de acordo com os princípios da moralidade.

Se todos os segmentos da nossa sociedade, em harmonia com os poderes constituídos, passarem a preocupar-se de forma real e irreversível com o caos em que nos encontramos e, num ato de verdadeiro amor puderem unir suas mãos numa corrente com a **têmpera do aço**, certamente adentraremos o novo século

visualizando uma luz no fim do túnel. E permita o Criador que essa luz, ainda que de um pequeno candeeiro, ilumine o caminho de nossos filhos, concebidos ao tempo em que nossa consciência repousava letargicamente na penumbra desse mesmo tempo, cuja fase nefasta haveremos de sepultar para sempre.

---

**Resumen****MORAL Y ETICA**

La discusión sobre las costumbres y comportamientos de las distintas civilizaciones del planeta supera dos milenios. Moral y Ética son temas inagotables desde que Sócrates, Aristoteles y Platón concibieron e intentaron perfeccionar la idea de "soberanos bienes", para que los antiguos griegos pudieran alcanzar la felicidad plena del cuerpo y del alma. Hoy en día, el estudio de la Moral y de la Ética alcanza renovado interés, principalmente entre nosotros, donde el gigantismo de nuestra nación comienza a exigir profundas y dramáticas alteraciones en los actos, actitudes y comportamientos de todos los brasileños, hasta entonces acostumbrados a fórmulas no ortodoxas para la solución de los problemas.

---

**Abstract****MORAL AND ETHICS**

Discussion on customs and behavior in the different civilizations of the world has been going on for hundreds of years. Moral and Ethics have been the subject of debate ever since Plato, Socrates and Aristotle conceived and tried to improve the idea of "soberanos bens" so the ancient Greeks could attain full happiness of the body and spirit. Today, studies on morals and ethics are gaining great interest again, especially among us, where the huge size of our nation is beginning to demand profound and dramatic changes in the actions, attitudes and behavior of all Brazilians, who had become accustomed to using the "jeitinho" (a type of Brazilian ingenuity to confront especially beaurocratic problems) to solve our problems.

---

**Robison Baroni é professor da Universidade de Taubaté e membro do Tribunal de Ética Profissional da OAB-SP.**